

PROGRAMA[®]
CIDADES
SUSTENTÁVEIS

www.cidadessustentaveis.org.br

Realização

REDE
NOSSA
SAOPAULO



Rede Social Brasileira
por Cidades Justas e
Sustentáveis

INSTITUTO
ETHOS
DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL

CRÉDITOS

Realização

Rede Nossa São Paulo

Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis

Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social

Apoio

Fundação Avina

Instituto Arapyau

Produção e conteúdo

Secretaria Executiva da Rede Nossa São Paulo

Rua Francisco Leitão, 469 - conj. 1407 - CEP 05414-020 - São Paulo - SP

Telefone: +55 11 3894 2400

Colaboradores

Grupos de Trabalho da Rede Nossa São Paulo e dezenas de organizações e indivíduos

Impressão

Gráfica Interfill

Tiragem: 3 mil exemplares

Dezembro 2011 - 3ª edição (revisada, com alterações)

O Programa Cidades Sustentáveis disponibiliza os conteúdos aqui apresentados, assim como os que constam no site www.cidadessustentaveis.org.br, de forma gratuita.

Ninguém está autorizado a oferecer consultoria e outros serviços remunerados em nome do Programa Cidades Sustentáveis.



Salvo exceções, você pode copiar, distribuir, transmitir e remixar este livro, ou partes dele, desde que cite a fonte e distribua seu remix sob esta mesma licença.



PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS

Metade da humanidade vive atualmente nas cidades. Em 2030, serão 60% os que moram nessas regiões e, em 2050, o total deverá estar em 70%. No Brasil, a população urbana chega a 85%. E, na medida em que as cidades vão crescendo em tamanho e população, aumenta também a dificuldade de se manter o equilíbrio espacial, social e ambiental.

O Programa Cidades Sustentáveis tem o objetivo de sensibilizar, mobilizar e oferecer ferramentas para que as cidades brasileiras se desenvolvam de forma econômica, social e ambientalmente sustentável. São grandes os desafios e, para sermos exitosos em ações que contribuam com a sustentabilidade, será necessário o envolvimento de cidadãos, organizações sociais, empresas e governos.

Para isso, o Programa Cidades Sustentáveis oferece:

I – Ferramentas

- Plataforma Cidades Sustentáveis, uma agenda para a sustentabilidade das cidades que aborda as diferentes áreas da gestão pública, em 12 eixos temáticos, e incorpora de maneira integrada as dimensões social, ambiental, econômica, política e cultural;
- Indicadores gerais associados aos eixos da plataforma;
- Indicadores básicos, mínimos, que farão parte dos compromissos de candidatos(as) e prefeitos(as);
- Casos exemplares e referências nacionais e internacionais de excelência para a melhora integrada dos indicadores das cidades.

II – Mobilização

- Campanha para os(as) candidatos(as) a prefeitos(as) adotarem a plataforma e assumirem compromissos com o Programa; Campanha para os partidos políticos apoiarem o Programa;
- Campanha para eleitores valorizarem os(as) candidatos(as) a prefeitos(as) comprometidos com o Programa Cidades Sustentáveis.

III – Compromissos

Os(as) candidatos(as) a prefeitos(as) podem confirmar seu engajamento com o desenvolvimento sustentável assinando a Carta Compromisso. Com isso, os signatários eleitos deverão estar dispostos a promover a Plataforma Cidades Sustentáveis em suas cidades e a prestar contas das ações desenvolvidas e dos avanços alcançados por meio de relatórios, revelando a evolução dos indicadores básicos relacionados a cada eixo.

IV – Benefícios para as Cidades Participantes

As cidades participantes ganharão visibilidade em materiais de divulgação e na mídia, terão acesso a informações estratégicas e trocarão experiências com outras cidades, além de fazerem parte de um movimento inédito no Brasil que representa um passo a mais no processo de construção de cidades mais justas, democráticas e sustentáveis.



PLATAFORMA CIDADES SUSTENTÁVEIS

Agenda para a sustentabilidade das cidades

Esta Plataforma foi inspirada nos compromissos de Aalborg (Dinamarca), um pacto político com o desenvolvimento sustentável que já foi assinado por mais de 650 municípios, principalmente europeus. Os compromissos consideram a participação da comunidade local na tomada de decisões, a economia urbana preservando os recursos naturais, a equidade social, o correto ordenamento do território, a mobilidade urbana, o clima mundial e a conservação da biodiversidade, entre outros aspectos relevantes.

Diante das diferenças entre as realidades brasileira e europeia, foram agregados dois novos eixos temáticos: Educação para a Sustentabilidade e Qualidade de Vida; e Cultura para a Sustentabilidade. Assim como, pela mesma razão, foram feitas outras mudanças em itens dos compromissos propostos.

A plataforma, estruturada como uma agenda de ações e iniciativas, propõe um futuro sustentável para as nossas comunidades. O ideal a ser atingido é a construção de cidades inclusivas, prósperas, criativas, educadoras, saudáveis e democráticas, que proporcionem uma boa qualidade de vida aos cidadãos e que permitam a participação da sociedade em todos os aspectos relativos à vida pública.

As pressões conjuntas da globalização econômica e do desenvolvimento tecnológico, assim como alterações econômicas profundas e com ameaças e riscos, naturais e humanos, para as nossas comunidades e recursos, nos colocam os desafios de criar empregos numa economia baseada no conhecimento, combater a pobreza e a exclusão social, assegurar uma proteção efetiva do ambiente, reduzir a nossa pegada ecológica, responder às alterações demográficas e garantir a diversidade cultural, além de evitar conflitos e manter a paz nas diversas comunidades brasileiras.

Temos a responsabilidade de assegurar o desenvolvimento sustentável e, ao mesmo tempo, responder aos desafios em cooperação com outros níveis de governo. Para isso, precisamos adotar uma abordagem mais efetiva e integrada nas políticas locais e regionais, compatibilizando os objetivos ambientais, sociais, políticos, culturais e econômicos. E garantir que esforços para melhorar a qualidade de vida local não ponham em risco a qualidade de vida de pessoas noutras partes do mundo ou das gerações futuras.

As administrações municipais são, no dia-a-dia, o nível de governo mais próximo dos cidadãos brasileiros. Os prefeitos têm a oportunidade única de influenciar comportamentos sociais e individuais no sentido da sustentabilidade, por meio da educação e de campanhas de sensibilização.

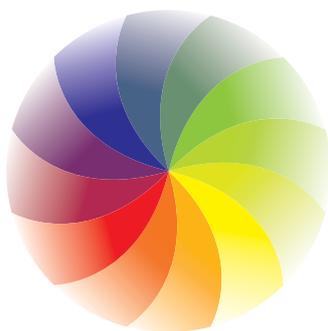
A Plataforma Cidades Sustentáveis é uma ferramenta para:

- Assumir esses desafios e aceitar as responsabilidades;
- Elaborar políticas públicas para a sustentabilidade;
- Traduzir a perspectiva comum para um futuro sustentável em metas concretas de sustentabilidade e em ações integradas nos níveis locais, regionais e nacional;
- Selecionar prioridades apropriadas às realidades e necessidades locais e regionais, que deverão ter em atenção o respectivo impacto global;
- Promover processos locais e regionais participativos, no sentido de identificar metas específicas e horizontes temporais para monitorar os resultados alcançados.



EIXOS DA PLATAFORMA CIDADES SUSTENTÁVEIS

Cada eixo da Plataforma Cidades Sustentáveis é identificado por uma cor única que está presente no símbolo do logotipo do Programa Cidades Sustentáveis. Confira abaixo:



 GOVERNANÇA

 BENS NATURAIS COMUNS

 EQUIDADE, JUSTIÇA SOCIAL
E CULTURA DE PAZ

 GESTÃO LOCAL PARA
A SUSTENTABILIDADE

 PLANEJAMENTO E DESENHO URBANO

 CULTURA PARA A SUSTENTABILIDADE

 EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE
E QUALIDADE DE VIDA

 ECONOMIA LOCAL DINÂMICA,
CRIATIVA E SUSTENTÁVEL

 CONSUMO RESPONSÁVEL E OPÇÕES
DE ESTILO DE VIDA

 MELHOR MOBILIDADE, MENOS TRÁFEGO

 AÇÃO LOCAL PARA A SAÚDE

 DO LOCAL PARA O GLOBAL



GOVERNANÇA

Geral

1. Fortalecer os processos de decisão com a promoção dos instrumentos da democracia participativa.

Específicos

- 1.1 Continuar a desenvolver uma perspectiva comum e de longo prazo para cidades e regiões sustentáveis;
- 1.2 Fomentar a capacidade de participação e de ação para o desenvolvimento sustentável tanto nas comunidades como nas administrações locais e regionais;
- 1.3 Convocar todos os setores da sociedade civil local para a participação efetiva – em conselhos, conferências, audiências públicas, plebiscitos e referendos, entre outros – nos processos de decisão, monitoramento e avaliação;
- 1.4 Tornar públicas, transparentes e abertas todas as informações da administração municipal, os indicadores da cidade e os dados orçamentários;
- 1.5 Promover a cooperação e as parcerias entre os municípios vizinhos, outras cidades, regiões metropolitanas e outros níveis de administração.

BENS NATURAIS COMUNS

Geral

2. Assumir plenamente as responsabilidades para proteger, preservar e assegurar o acesso equilibrado aos bens naturais comuns.

Específicos

- 2.1 Estabelecer metas para a redução do consumo de energia não renovável e para aumentar o uso de energias renováveis;
- 2.2 Melhorar a qualidade da água, poupar água e usar a água de uma forma mais eficiente;
- 2.3 Proteger, regenerar e aumentar a biodiversidade, ampliar as áreas naturais protegidas e os espaços verdes urbanos;
- 2.4 Melhorar a qualidade do solo, preservar terrenos ecologicamente produtivos e promover a agricultura e o reflorestamento sustentáveis;
- 2.5 Melhorar substantivamente a qualidade do ar, segundo os padrões da Organização Mundial da Saúde (OMS-ONU).



EQUIDADE, JUSTIÇA SOCIAL E CULTURA DE PAZ

Geral

3. Promover comunidades inclusivas e solidárias.

Específicos

- 3.1 Desenvolver e implementar programas para prevenir e superar a condição de pobreza;
- 3.2 Assegurar acesso equitativo aos serviços públicos, à educação, à saúde, às oportunidades de emprego, à formação profissional, às atividades culturais e esportivas, à informação e à inclusão digital com acesso à internet;
- 3.3 Promover a inclusão social e a igualdade entre os gêneros, raças e etnias e o respeito à diversidade sexual;
- 3.4 Aumentar a segurança da comunidade e promover a cultura de paz;
- 3.5 Garantir o direito à habitação em condições socioambientais de boa qualidade.

GESTÃO LOCAL PARA A SUSTENTABILIDADE

Geral

4. Implementar uma gestão eficiente que envolva as etapas de planejamento, execução e avaliação.

Específicos

- 4.1 Reforçar os processos de Agenda 21 e outros que visam ao desenvolvimento sustentável local e regional e integrá-los, de forma plena, ao funcionamento da administração em todos os níveis;
- 4.2 Realizar uma gestão integrada e eficiente para a sustentabilidade, baseada no princípio da precaução sobre o Ambiente Urbano e seus entornos;
- 4.3 Estabelecer metas e prazos concretos face aos Compromissos da Plataforma Cidades Sustentáveis, bem como um programa de monitoramento destes Compromissos;
- 4.4 Assegurar a importância das questões de sustentabilidade nos processos de decisão nos níveis urbano e regional, assim como uma política de gestão de recursos baseada em critérios de sustentabilidade sólidos e abrangentes;
- 4.5 Garantir a transparência administrativa e envolver atores diversos para monitorar e avaliar o desempenho da gestão, tendo em vista o alcance das metas de sustentabilidade estabelecidas.



PLANEJAMENTO E DESENHO URBANO

Geral

5. Reconhecer o papel estratégico do planejamento e do desenho urbano na abordagem das questões ambientais, sociais, econômicas, culturais e da saúde, para benefício de todos.

Específicos

- 5.1 Reutilizar e regenerar áreas abandonadas ou socialmente degradadas;
- 5.2 Evitar a expansão urbana no território, dando prioridade ao adensamento e desenvolvimento urbano no interior dos espaços construídos, com a recuperação dos ambientes urbanos degradados, assegurando densidades urbanas apropriadas;
- 5.3 Assegurar a compatibilidade de usos do solo nas áreas urbanas, oferecendo adequado equilíbrio entre empregos, transportes, habitação e equipamentos socioculturais e esportivos, dando prioridade ao adensamento residencial nos centros das cidades;
- 5.4 Assegurar uma adequada conservação, renovação e utilização/reutilização do patrimônio cultural urbano;
- 5.5 Adotar critérios de desenho urbano e de construção sustentáveis, respeitando e considerando os recursos e fenômenos naturais no planejamento.

CULTURA PARA A SUSTENTABILIDADE

Geral

6. Desenvolver políticas culturais que respeitem e valorizem a diversidade cultural, o pluralismo e a defesa do patrimônio natural, construído e imaterial, ao mesmo tempo em que promovam a preservação da memória e a transmissão das heranças naturais, culturais e artísticas, assim como incentivem uma visão aberta de cultura, em que valores solidários, simbólicos e transculturais estejam ancorados em práticas dialógicas, participativas e sustentáveis.

Específicos

- 6.1 Trabalhar para a formulação de parâmetros culturais (referências conceituais e metodológicas para as políticas públicas de cada ação ou equipamento). Construir amplo diálogo social para desenvolver conceitos e práticas que religuem o ser humano à natureza, buscando incrementar a cultura do humanismo com os preceitos da sustentabilidade;
- 6.2 Promover a gestão participativa, envolvendo comunidade, profissionais da área cultural e gestores públicos;
- 6.3 Garantir o amplo acesso aos espaços culturais existentes, promovendo múltiplos usos junto à



população local, assim como disseminá-los para regiões que ainda não os possuem;

- 6.4 Fomentar a criação e a produção cultural nas comunidades, observando sempre o valor das tradições culturais populares;
- 6.5 Estabelecer acesso gratuito ou a preços simbólicos nos equipamentos e espaços culturais públicos;
- 6.6 Promover a cultura da sustentabilidade como área de integração entre os diversos setores da administração municipal.

EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE E QUALIDADE DE VIDA

Geral

- 7. Integrar na educação formal e não formal valores e habilidades para um modo de vida sustentável e saudável.

Específicos

- 7.1 Prover a todos, crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, oportunidades educativas que lhes permitam papel protagonista no desenvolvimento sustentável local e regional;
- 7.2 Garantir a implementação do tema da sustentabilidade de forma transversal nos currículos e propostas pedagógicas;
- 7.3 Incentivar o papel dos meios de comunicação de massa na conscientização sobre os desafios socioambientais e sobre as mudanças culturais necessárias à sustentabilidade;
- 7.4 Reconhecer a importância da educação ética, baseada em valores, para uma condição de vida sustentável;
- 7.5 Garantir a universalização e a qualidade do ensino em todos os níveis, assegurando a participação da comunidade na gestão escolar;
- 7.6 Prover a todos o ensino do esporte educacional, como maneira de se promover a auto-estima, o desenvolvimento pessoal, o trabalho em equipe, o respeito à diversidade e a promoção da saúde.



ECONOMIA LOCAL DINÂMICA, CRIATIVA E SUSTENTÁVEL

Geral

8. Apoiar e criar as condições para uma economia local dinâmica e criativa, que garanta o acesso ao emprego sem prejudicar o ambiente.

Específicos

- 8.1 Introduzir medidas para estimular e apoiar o emprego local, o trabalho decente, a contratação de aprendizes e a formação de empresas;
- 8.2 Cooperar com o tecido empresarial local para promover e implementar a responsabilidade social empresarial;
- 8.3 Desenvolver e implementar princípios e indicadores de sustentabilidade para as empresas, desde a localização mais apropriada para cada uma, passando por seus processos e produtos, até a sustentabilidade das cadeias produtivas que integram;
- 8.4 Promover o mercado de produções criativas locais;
- 8.5 Implementar o turismo local sustentável.

CONSUMO RESPONSÁVEL E OPÇÕES DE ESTILO DE VIDA

Geral

9. Adotar e proporcionar o uso responsável e eficiente dos recursos e incentivar um padrão de produção e consumo sustentáveis.

Específicos

- 9.1 Evitar e reduzir os resíduos, aumentar a reutilização e a reciclagem com a inclusão social das cooperativas de catadores e recicladores;
- 9.2 Gerir e tratar os resíduos de acordo com técnicas e modelos sustentáveis;
- 9.3 Evitar desperdícios de energia, melhorar a eficiência energética e incentivar a auto-suficiência;
- 9.4 Adotar uma política rigorosa de compras públicas sustentáveis;
- 9.5 Promover ativamente a produção e o consumo sustentáveis, incentivando e regulamentando cadeias produtivas com certificações, rótulos ambientais, produtos orgânicos, éticos e de comércio justo.



MELHOR MOBILIDADE, MENOS TRÁFEGO

Geral

10. Promover a mobilidade sustentável, reconhecendo a interdependência entre os transportes, a saúde, o ambiente e o direito à cidade.

Específicos

- 10.1 Reduzir a necessidade de utilização do transporte individual motorizado e promover meios de transportes coletivos acessíveis a todos, a preços módicos;
- 10.2 Aumentar a parcela de viagens realizadas em transportes públicos, a pé ou de bicicleta;
- 10.3 Desenvolver e manter uma boa infraestrutura para locomoção de pedestres e pessoas com deficiências, com calçadas e travessias adequadas;
- 10.4 Acelerar a transição para veículos menos poluentes;
- 10.5 Reduzir o impacto dos transportes sobre o ambiente e a saúde pública;
- 10.6 Desenvolver de forma participativa um plano de mobilidade urbana integrado e sustentável.

AÇÃO LOCAL PARA A SAÚDE

Geral

11. Proteger e promover a saúde e o bem-estar dos nossos cidadãos.

Específicos

- 11.1 Disseminar informações no sentido de melhorar o nível geral dos conhecimentos da população sobre os fatores essenciais para uma vida saudável, muitos dos quais se situam fora do setor restrito da saúde;
- 11.2 Promover o planejamento urbano para o desenvolvimento saudável das nossas cidades, garantindo ações integradas para a promoção da saúde pública;
- 11.3 Garantir a equidade no acesso à saúde com especial atenção aos pobres, o que requer a elaboração regular de indicadores sobre o progresso na redução das disparidades;
- 11.4 Promover estudos de avaliação da saúde pública, a gestão participativa e o controle social sobre o sistema de saúde;
- 11.5 Determinar que os urbanistas integrem condicionantes de saúde nas estratégias de planejamento e desenho urbano;
- 11.6 Promover a prática de atividades físicas - individuais e coletivas - que busquem enfatizar os valores de uma vida saudável.



DO LOCAL PARA O GLOBAL

Geral

12. Assumir as responsabilidades globais pela paz, justiça, equidade, desenvolvimento sustentável, proteção ao clima e à biodiversidade.

Específicos

- 12.1 Elaborar e seguir uma abordagem estratégica e integrada para minimizar as alterações climáticas, e trabalhar para atingir níveis sustentáveis de emissões de gases geradores do efeito estufa;
- 12.2 Integrar a política de proteção climática nas políticas de energia, de transportes, de consumo, de resíduos, de agricultura e de florestas;
- 12.3 Disseminar informações sobre as causas e os impactos prováveis das alterações climáticas, e promover medidas socioambientais de prevenção;
- 12.4 Reduzir o impacto no ambiente global e promover o princípio da justiça ambiental;
- 12.5 Reforçar a cooperação regional, nacional e internacional de cidades e desenvolver respostas locais para problemas globais em parceria com outros governos locais e regionais, comunidades e demais atores relevantes.



INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE URBANA

Indicadores são importantes instrumentos para o planejamento de cidades mais sustentáveis, e para desenvolvimento, execução e avaliação de políticas públicas. Neste processo, é fundamental fixar metas de resultados e promover a participação da sociedade civil como corresponsável pelas decisões tomadas nas cidades.

O Programa Cidades Sustentáveis reúne mais de 300 indicadores gerais (disponíveis na íntegra no site www.cidadessustentaveis.org.br/indicador) atrelados aos eixos da Plataforma, escolhidos em um processo de construção coletivo.

Para aqueles gestores públicos interessados em assinar a Carta Compromisso, foi desenvolvido também um relatório de prestação de contas padrão baseado em tais indicadores. O conjunto com 100 indicadores básicos é o mínimo e apenas um ponto de partida de um processo inaugurado com o lançamento do Programa Cidades Sustentáveis. Os indicadores que estão no âmbito da administração municipal servirão como referência para a definição de metas.

Para as cidades com menos de 50 mil habitantes é sugerido um número diferenciado de indicadores. E, para aquelas que desejarem avançar nesse processo de monitoramento de políticas públicas em prol da sustentabilidade, os indicadores gerais podem ser incorporados aos básicos.

As informações que estiverem indisponíveis deverão ser mencionadas no relatório de prestação de contas. Na elaboração de indicadores que não forem de responsabilidade direta dos municípios, cabe a estes requisitarem as informações aos órgãos competentes.



Cidade: Vitoria-Gasteiz
País: Espanha
Continente: Europa
População: 238 mil

Muitas cidades europeias utilizam um indicador que mede a quantidade de habitantes que moram em um raio de 300 metros dos serviços básicos (saúde, escolas, lojas de alimentos e espaços e estruturas para atividades culturais e de lazer).

Em Vitoria-Gasteiz, na Espanha, escolhida cidade verde europeia 2012, 99% da população têm acesso a serviços básicos e a áreas verdes nesse raio de 300 metros em relação a suas residências.

Fonte: <http://ec.europa.eu/environment/europeangreencapital/docs/cities/2012-2013/European%20Green%20Capital%20Award%202012-13%20nuevo%20estandar.pdf>

Foto: calafellvalo (Flickr - CC <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.0>)



Confira todas as fontes e referências no site www.cidadessustentaveis.org.br/indicador

* Indicadores não obrigatórios para cidades com menos de 50 mil habitantes

GOVERNANÇA

Mulheres empregadas no governo do município

Porcentagem de mulheres empregadas no governo do município sobre o total de funcionários.

Negros empregados no governo do município

Porcentagem de negros empregados no governo do município sobre o total de funcionários.

Pessoas com deficiência empregadas no governo do município

Porcentagem de pessoas com deficiência empregadas no governo do município sobre o total de funcionários.

Conselhos Municipais

Porcentagem de secretarias de governo que mantém conselhos municipais com participação da sociedade.

Orçamento executado decidido de forma participativa

Porcentagem do orçamento executado decidido participativamente.

Espaços de participação deliberativos e audiências públicas na cidade

Listar os espaços de participação deliberativos que existem na cidade. Qual é a periodicidade dos encontros? Qual o número de participantes? Com quanto tempo de antecedência são convocadas as reuniões? Quais veículos de comunicação são utilizados para fazer a convocatória?



BENS NATURAIS COMUNS

Área verde por habitante	*
Metros quadrados de área verde por habitante, considerando áreas com cobertura vegetal com mais de 900 m ² contínuos.	
Concentrações de PM10* (material particulado - MP)	*
Média anual diária de concentrações de PM10 (µg/m ³). *As PM10 são um tipo de partículas inaláveis, de diâmetro inferior a 10 micrometros (µm) e constituem um elemento de poluição atmosférica.	
Concentrações de PM2,5* (material particulado - MP)	*
Média anual diária de concentrações de PM2,5 (µg/m ³). *As PM2,5 são um tipo de partículas inaláveis, de diâmetro inferior a 2,5 micrometros (µm) e constituem um elemento de poluição atmosférica.	
Concentrações de O3 (ozônio)	*
Média anual diária de concentrações de O3 (µg/m ³).	
Concentrações de CO (monóxido de carbono)	*
Média anual diária de concentrações de CO (µg/m ³).	
Concentrações de NO2 (dióxido de nitrogênio)	*
Média anual diária de concentrações de NO2 (µg/m ³).	
Concentrações de SO2 (dióxido de enxofre)	*
Média anual diária de concentrações de SO2 (µg/m ³).	
Perda de água tratada	
Porcentagem de perda de água no sistema de abastecimento.	
Abastecimento público de água potável na área urbana	
Porcentagem da população urbana do município que é atendida pelo abastecimento público de água potável.	



Rede de esgoto

Porcentagem de domicílios urbanos sem ligação com a rede de esgoto sobre o total de domicílios.

Esgoto que não recebe nenhum tipo de tratamento

Porcentagem de esgoto que não recebe nenhum tipo de tratamento.

* **Consumo de energia produzida por fontes renováveis**

Porcentagem de energia produzida por fonte renovável sobre o total de energia produzida por toda a população. A Agência Europeia para o Ambiente define energia renovável como: "Fontes que não dependem de combustíveis encontráveis apenas em quantidades finitas. A fonte renovável usada mais amplamente é a energia hidrelétrica; outras são de biomassa, solar, das marés, das ondas e eólica".

EQUIDADE, JUSTIÇA SOCIAL E CULTURA DE PAZ

Distribuição de renda

Distribuição de renda por 5 faixas de população (20% cada).

Transferência de renda

Porcentagem de famílias que recebem recursos dos programas de transferência de renda existentes na cidade.

Pessoas que vivem em condição de indigência

Porcentagem da população municipal com renda per capita até 1/4 do salário mínimo.

Pessoas que vivem em condição de pobreza

Porcentagem da população municipal com renda per capita até 1/2 salário mínimo.

Demanda atendida de creche

Porcentagem de matrículas efetivadas sobre o total de procura por vagas.



Agressão a crianças e adolescentes

Número de internações de crianças de 0 a 14 anos por causas relacionadas a possíveis agressões, por 10 mil crianças nessa faixa etária.

Agressão a idoso

Internações na rede pública de pessoas de 60 anos ou mais por causas relacionadas a possível agressão, por 10 mil habitantes nessa faixa etária.

Agressão a mulheres

Número de internações de mulheres de 20 a 59 anos por causas relacionadas a possíveis agressões, por 10 mil mulheres nessa faixa etária.

Crimes sexuais

Crimes sexuais (estupro e atentado violento ao pudor) por 10 mil habitantes.

Crimes violentos fatais

Número de crimes violentos fatais por 10 mil habitantes, por local de ocorrência.

Homicídio juvenil

Número de óbitos por homicídio de jovens de 15 a 29 anos, por 10 mil habitantes dessa faixa etária e sexo.

Adolescentes envolvidos em ato infracional

Número de adolescentes envolvidos em ato infracional sobre o total de atos infracionais.

Homicídios

Número de óbitos por homicídio, por 10 mil habitantes.

Roubos (total)

Número de roubos por 10 mil habitantes, por local de ocorrência.



População em situação de rua - moradores de rua*

Porcentagem da população em situação de rua (moradores de rua).

*Moradores de rua: pessoas que não têm moradia e que pernoitam nas ruas, praças, calçadas, marquises, jardins, baixos de viadutos, terrenos baldios e áreas externas de imóveis.

Domicílios com acesso à internet de banda larga

Porcentagem de domicílios com acesso a internet de banda larga.

GESTÃO LOCAL PARA A SUSTENTABILIDADE

Compras Públicas Sustentáveis

Porcentagem de Compras Públicas Sustentáveis sobre o total das compras efetuadas pelo Município (Uso do poder de compra do governo para a promoção do desenvolvimento sustentável).

Proporção do orçamento para as diferentes áreas da administração

Porcentagem do orçamento liquidado do município que corresponde ao gasto público total em cada área administrativa. Por exemplo: saúde, educação, assistência social, meio ambiente, cultura etc.

PLANEJAMENTO E DESENHO URBANO

Área desmatada

Porcentagem da área desmatada acumulada, ano a ano, sobre a área total do município.

Reservas e Áreas Protegidas

Porcentagem do território com finalidades de conservação.

Favelas* (População)

Porcentagem da população urbana que reside em favela. *Considerou-se 'favela' as regiões (setores censitários) classificadas pelo IBGE como 'subnormais'.



Edifícios novos e reformados que têm certificação de sustentabilidade ambiental

*

Parcela de edifícios novos e reformados que têm avaliação em termos de critérios de sustentabilidade, frente ao número total de edifícios e projetos de reforma (edifícios de propriedade ou incorporação municipal) no ano anterior. Critérios nacionais e internacionais existentes poderão ser relevantes. Ao estabelecer metas de sustentabilidade, os processos referentes a edifícios públicos poderão introduzir a iniciativa privada nas metodologias de construções sustentáveis.

Calçadas consideradas adequadas às exigências legais

Porcentagem de quilômetros de calçadas consideradas adequadas às exigências legais sobre extensão total em km de calçadas, por ano, para a cidade.

CULTURA PARA A SUSTENTABILIDADE

Campanhas de educação cidadã

Porcentagem de recursos destinados a campanhas de educação cidadã sobre o total da verba destinada à comunicação/publicidade do município.

Acervo de livros infanto-juvenis

Número de livros infanto-juvenis disponíveis em acervos de bibliotecas municipais por habitante na faixa etária de 7 a 14 anos.

Acervo de livros para adultos

Número de livros disponíveis em acervos de bibliotecas municipais por habitante com 15 anos ou mais.

Centros culturais, casas e pontos de cultura

Número de centros culturais, espaços e casas de cultura, por 10 mil habitantes.



EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE E QUALIDADE DE VIDA

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb*) - Rede municipal de 1ª a 4ª série

Nota média do Ideb no município. *O Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) é um indicador de qualidade educacional que combina informações de desempenho em exames padronizados (Prova Brasil ou Saeb) - realizados pelos estudantes ao final da 4ª série do ensino fundamental - com informações sobre rendimento escolar. O índice varia de 0 a 10.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb*) - Rede municipal de 5ª a 8ª série

Nota média do Ideb no município. *O Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) é um indicador de qualidade educacional que combina informações de desempenho em exames padronizados (Prova Brasil ou Saeb) - realizados pelos estudantes ao final da 8ª série do ensino fundamental - com informações sobre rendimento escolar. O índice varia de 0 a 10.

Exame Nacional do Ensino Médio (Enem*)

Nota média do Enem no município. *O Enem é um exame individual, de caráter voluntário, oferecido anualmente aos estudantes que estão concluindo ou que já concluíram o ensino médio em anos anteriores. Seu objetivo principal é possibilitar uma referência para auto-avaliação, a partir das competências e habilidades que estruturam o Exame.

Taxa de analfabetismo na população com 16 anos ou mais

Porcentagem da população analfabeta com 16 anos ou mais.

Matrículas em curso superior sobre a demanda

Apresenta número de alunos matriculados em cursos de graduação sobre a demanda total.

Escolas públicas com Esporte educacional no turno obrigatório

Porcentagem das escolas públicas com Esporte educacional no turno obrigatório.

Acesso à internet nas escolas do ensino fundamental e médio

Porcentagem de escolas do ensino fundamental e médio com acesso à internet.

Ensino superior concluído

Proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade com ensino superior concluído.



Jovens com ensino médio concluído até os 19 anos

Porcentagem de jovens com ensino médio concluído até os 19 anos.

Crianças e jovens de 4 a 17 anos na escola

Porcentagem de crianças e jovens de 4 a 17 anos na escola.

Crianças plenamente alfabetizadas até os 8 anos

Porcentagem de crianças plenamente alfabetizadas até os 8 anos.

Demanda atendida de vagas em pré-escolas municipais

Porcentagem de matrículas sobre o total de procura por vaga em pré-escolas municipais.

Demanda atendida de vagas no ensino fundamental

Porcentagem de matrículas sobre o total de procura por vaga no ensino fundamental.

Demanda atendida de vagas no ensino médio

Porcentagem de matrículas sobre o total de procura por vaga no ensino médio.

ECONOMIA LOCAL DINÂMICA, CRIATIVA E SUSTENTÁVEL

Eficiência energética da economia

Eficiência energética da economia: Razão entre Consumo Interno Bruto de Energia (carvão, eletricidade, petróleo, gás natural e fontes de energia renovável – disponíveis para consumo) e o Produto Interno Bruto (PIB), calculada para um ano civil, a preços constantes, com base no ano anterior.

*

Desemprego

Taxa média de desemprego no município.

Desemprego de jovens

Taxa média de desemprego de jovens de 15 a 24 anos.



Aprendizes contratados no município

Porcentagem de aprendizes contratados no município sobre o total estipulado pela lei.

Trabalho Infantil: Notificações de trabalho infantil

Número de notificações de trabalho infantil, registradas pelo Conselho Tutelar.

CONSUMO RESPONSÁVEL E OPÇÕES DE ESTILO DE VIDA

Consumo de água total

Média mensal do consumo de água (Residencial, Comercial, Público, Industrial e Misto) estimado, em metros cúbicos, por habitante, por mês.

* **Coleta seletiva**

Porcentagem de domicílios que dispõem de coleta seletiva de lixo.

Quantidade de resíduos per capita

Quantidade total de resíduo urbano gerado em um ano sobre o número de habitantes da cidade. Sua unidade de medida é kg/pessoa/ano.

Reciclagem de resíduos sólidos

Porcentagem de resíduos sólidos que é reciclada sobre o total produzido na cidade por ano.

Resíduos depositados em aterros sanitários

Porcentagem do lixo da cidade que é depositada em aterros sanitários por ano.

Inclusão de catadores no sistema de coleta seletiva

Número de catadores incluídos no sistema de coleta seletiva sobre o número total de catadores da cidade.



Consumo total de eletricidade per capita

Quantidade de eletricidade consumida pelos cidadãos (residencial, industrial e outros) em um ano em todos os edifícios do município, independentemente da razão para o uso (por exemplo: iluminação, aquecimento, máquinas).

MELHOR MOBILIDADE, MENOS TRÁFEGO

Corredores exclusivos de ônibus

Porcentagem de quilômetros da rede de corredores exclusivos de ônibus sobre o total de extensão em km de vias da cidade.

*

Ciclovias exclusivas*

Porcentagem de número de km de ciclovias permanentes sobre total de extensão em km de vias da cidade. *Ciclovias devem ser definidas como infraestrutura voltada unicamente a ciclistas, não devendo abarcar as vias acessíveis a ciclistas e a outras formas de transporte simultaneamente.

Divisão modal

Distribuição percentual da média diária dos deslocamentos: a pé, por transporte coletivo e por transporte individual (carros, taxis, motos, ônibus, bicicletas).

Índice de Congestionamentos

Média aritmética mensal (dos dias úteis) dos congestionamentos, em km, nos horários de pico (manhã e tarde).

*

Frota de ônibus com acessibilidade para pessoas com deficiência

Porcentagem da frota de ônibus com acessibilidade para pessoas com deficiência.

Mortes no trânsito

Número de mortes em acidentes de trânsito por 10 mil habitantes.

Mortes com bicicleta

Número de mortes de ocupantes de bicicleta por 10 mil habitantes.



Mortes por atropelamento

Número de mortes por atropelamentos por 10 mil habitantes.

Mortes com motocicleta

Número de mortes de ocupantes de motocicleta por 10.000 mil habitantes.

Mortes com automóvel

Número de mortes de ocupantes de automóveis e caminhonetes por 10.000 mil habitantes.

Acidentes de trânsito

Número total de acidentes de trânsito.

Atropelamento

Número total de atropelamentos.

Orçamento do município destinado a transporte público

Porcentagem do orçamento do município destinado a transporte público sobre o total da área de transporte.

ACÇÃO LOCAL PARA A SAÚDE

Água - Doenças de veiculação hídrica (Incidência de doenças transmitidas pela água - GCI)

Número de atendimentos por doenças de veiculação hídrica por 10 mil habitantes (Principais doenças: Febre Tifóide, Febre Paratifóide, Shigeloses, Cólera, Hepatite, Amebíase, Giardíase, Esquistossomose, Ascaridíase, leptospirose.).

Pessoas infectadas com dengue

Número de pessoas infectadas com dengue por 10 mil habitantes, por ano, na cidade.

Unidades Básicas de Saúde

Número de unidades básicas públicas de atendimento em saúde por 10 mil habitantes.



Leitos hospitalares

Número de leitos hospitalares públicos e privados disponíveis por mil habitantes.

Mortalidade por doenças do aparelho respiratório

Número de mortes por doenças do aparelho respiratório por 10 mil habitantes.

Mortalidade por doenças do aparelho circulatório

Número de mortes por doenças do aparelho circulatório por 10 mil habitantes. As principais causas de morte relacionadas ao aparelho circulatório são o AVC (acidente vascular cerebral), também conhecido como derrame, doença isquêmica do coração e infarto do miocárdio.

Gravidez na adolescência

Porcentagem de nascidos vivos cujas mães tinham 19 anos ou menos, sobre o total de nascidos vivos.

Mortalidade materna

Número de óbitos femininos por causas maternas, por 10 mil nascidos vivos.

Baixo peso ao nascer

Porcentagem de crianças nascidas vivas com menos de 2,5 kg.

Pré-natal insuficiente

Porcentagem de nascidos vivos cujas mães fizeram menos de 7 consultas pré-natal.

Desnutrição infantil

Proporção de crianças menores de 5 anos desnutridas.

Mortalidade infantil

Óbitos de crianças menores de um ano em cada mil nascidas vivas.

Equipamentos esportivos

Número de equipamentos públicos de esporte para cada 10 mil habitantes.



DO LOCAL PARA O GLOBAL

* **Total de emissões de CO2 equivalente per capita***

Unidade de medida do impacto das emissões sobre o clima do planeta. Todos os gases são transformados em CO2 equivalente, de acordo com um fator de conversão.

Referência: WWF

Variáveis meteorológicas - Temperatura média mensal

Temperatura média mensal.

Número de Mortes por desastres socioambientais

Número de mortes causadas por desastres socioambientais por ano.

Confira todas as fontes e referências no site www.cidadessustentaveis.org.br/indicador



MOBILIZAÇÃO

Uma parceria com a agência DPZ deu origem à campanha publicitária dirigida aos eleitores e aos candidatos(as) a prefeitos(as) nas eleições municipais de 2012. Nesta primeira etapa, sob o slogan “Eu voto sustentável”, o atleta Raí Oliveira e a atriz Beatriz Segall participaram voluntariamente.



Anúncio: Agência DPZ
Foto: Tatiana Cardeal



Anúncio: Agência DPZ
Foto: Tatiana Cardeal

Um vídeo institucional dirigido pela cineasta Luciana Burlamaqui apresenta o Programa Cidades Sustentáveis e chama a sociedade para o envolvimento nesse grande desafio de construir um novo modelo de desenvolvimento urbano que vise à sustentabilidade. O vídeo está disponível, na íntegra, no site.



Câmera: Milton Jesus



CARTA COMPROMISSO

Partidos políticos, pré-candidatos(as), candidatos(as) e prefeitos(as) podem confirmar seu engajamento com o desenvolvimento sustentável **assinando a Carta Compromisso** (íntegra do texto e instruções estão no site www.cidadessustentaveis.org.br/carta). Os signatários deverão estar dispostos a promover a Plataforma Cidades Sustentáveis em suas cidades e a prestar contas das ações desenvolvidas e dos avanços alcançados por meio de relatórios, revelando a evolução, no mínimo, dos indicadores básicos* relacionados a cada eixo.

“Carta Compromisso:

- 1. Assumo o compromisso com a Plataforma Cidade Sustentáveis.*
- 2. Concordo em produzir um documento de Diagnóstico da Situação Atual que contenha, no mínimo, os indicadores básicos da Plataforma Cidades Sustentáveis e que sirva de referência para o estabelecimento de um Plano de Metas, contemplando os 12 eixos da Plataforma, para os quatro anos da gestão. O Diagnóstico e o Plano de Metas serão apresentados em até 90 dias após a data da nossa posse. Uma revisão do Plano de Metas poderá ser feita no final do primeiro ano da gestão e deverá ser acompanhada de notas explicativas.*
- 3. Concordo em atualizar e divulgar, no mínimo, os indicadores básicos da Plataforma no final de cada ano da gestão.*
- 4. Concordo em publicar e divulgar um relatório de prestação de contas que contenha, no mínimo, os indicadores básicos da Plataforma e um primeiro balanço do Plano de Metas em andamento. As informações serão apresentadas em Audiência Pública, no final do segundo ano da gestão.*
- 5. Concordo em publicar e divulgar, no mínimo, os indicadores básicos da Plataforma e o balanço do Plano de Metas da gestão, assim como apresentá-los em Audiência Pública, em até cinco meses antes do final do mandato.*

(Esses compromissos podem comportar demandas locais extras, em documento anexo.)

Nome completo e cargo a que concorre em letra de forma:

Partido:

Local e data da assinatura:

Assinatura:”

Confirme seu engajamento com o desenvolvimento sustentável.

Acesse www.cidadessustentaveis.org.br/carta e clique em:

Assine a carta compromisso

*As informações que estiverem indisponíveis deverão ser mencionadas no relatório de prestação de contas.



BENEFÍCIOS PARA AS CIDADES PARTICIPANTES



Selo Cidade Participante do Programa Cidades Sustentáveis

- 1- Utilização do selo Cidade Participante do Programa Cidades Sustentáveis;
- 2- Visibilidade da cidade no site (www.cidadessustentaveis.org.br) e nos materiais de divulgação do programa;
- 3- Visibilidade de ações, projetos e programas da cidade que contribuam com a sustentabilidade no site (www.cidadessustentaveis.org.br) e nos materiais de divulgação do programa;
- 4- Destaque nos boletins e releases para a mídia com notícias das cidades participantes, destacando suas ações e resultados em prol da sustentabilidade;
- 5 - Acesso a informações sobre projetos, programas e ações nacionais e internacionais que contribuem com a sustentabilidade;
- 6 - Troca de experiências e informações com as outras cidades participantes do programa;
- 7- Facilidade na comunicação com parceiros, redes de cidades e organizações internacionais que promovem a sustentabilidade urbana;
- 8- Apoio técnico para a promoção de encontros sobre a sustentabilidade urbana;
- 9 - Participação em eventos promovidos pelo Programa Cidades Sustentáveis e em outros encontros sobre a sustentabilidade nas cidades;
- 10 – Participação em um processo político apartidário inédito no Brasil, de iniciativa da sociedade civil, visando ao desenvolvimento sustentável.



O ENFRENTAMENTO PRIORITÁRIO DE SITUAÇÕES CRÍTICAS

Há diversas medidas e patamares de pobreza, desde os 4 bilhões que o Banco Mundial considera que “não têm acesso aos benefícios da globalização”, até os 11 milhões de crianças que morrem anualmente de causas ridículas, por não ter acesso a coisas tão prosaicas como um copo de leite ou água potável, passando por 1,02 bilhões de pessoas que passam fome no planeta. Dois dólares por dia significa pobreza, e três dólares já não?

A realidade é que podemos colocar o patamar da pobreza em diversos níveis, mas há um conjunto de situações que são simplesmente trágicas, inaceitáveis sob qualquer critério de pobreza, e que chocam profundamente as pessoas de qualquer posição política ou ideológica. São situações que exigem ação imediata pela intensidade e amplitude do sofrimento que representam.

A gama de situações é relativamente ampla. Trata-se da criança que passa fome, da mãe que tem de parir sem assistência, de moradias em encostas de risco extremo, de famílias que não podem comprar o medicamento para a criança que sofre, de pessoas que vivem dentro de córregos que são esgotos a céu aberto ou em lixões, dos corpos que encontramos deitados nas calçadas e que já aprendemos a ignorar.

Na linha da miséria extrema, há situações em que não se pode esperar que as próprias pessoas envolvidas tomem providências, pois não conhecem os caminhos, ou estão demasiado esmagadas para ultrapassar o desespero a que foram reduzidas. E são pessoas.

Em termos econômicos, trata-se de recursos de pouca monta. E sabemos que o custo indireto da miséria é muito maior do que os recursos necessários para saná-la. Mas ainda que fossem mais elevados, é a nossa própria humanidade que nos leva a tomar medidas, pois não somos bichos. E são situações que realmente bradam aos céus. Não é questão de custos, e sim da mais elementar decência, da nossa dignidade como seres humanos.

Há um tipo de impotência institucional frente às situações. Uma das razões está na relativa invisibilidade das situações críticas. Situam-se em bolsões que não visitamos, aparecem em estatísticas que não lemos. Terminamos por pensar em outras coisas, ainda que saibamos racionalmente que são situações inadmissíveis. Esperamos que “alguém” tome providências, mas não há responsabilização clara. E sabemos que a iniciativa individual e isolada – por exemplo uma moeda dada a uma criança no meio dos carros – não resolve. Ficamos impotentes.

Trata-se de romper esta impotência. Estamos numa fase em que o governo federal anunciou uma luta organizada, durante os quatro próximos anos, para erradicar a miséria extrema. A iniciativa é muito positiva, mas não nos enganemos: ao fim e ao cabo, vai depender de cada município, de cada bairro ou subprefeitura, se organizarem para que estas situações sejam efetivamente enfrentadas.

É absolutamente indefensável autorizar a construção de viadutos ou chafarizes enquanto houver uma criança passando fome, uma mãe desassistida, pessoas vivendo em condições subhumanas. Trata-se de uma tomada de posição ética fundamental. Somos uma sociedade rica, temos os conhecimentos necessários, sabemos as medidas e as formas de organização necessárias. Trata-se aqui de uma tomada de decisão pela construção de uma cidade civilizada e sustentável.

SAIBA COMO VOCÊ PODE APOIAR, PARTICIPAR E DIVULGAR

Todos(as) – cidadãos, empresas, mídia e poder público – podem participar do Programa Cidades Sustentáveis e ajudar a comprometer o maior número de partidos políticos, pré-candidatos(as), candidatos(as) e prefeitos(as) com o desenvolvimento urbano sustentável. Para isso, é importante que eles assinem a Carta Compromisso.

Promova o lançamento do Programa Cidades Sustentáveis na sua cidade, a partir de eventos, debates com candidatos sobre o tema, divulgando a campanha “Eu Voto Sustentável”.

Você também pode estimular seus familiares, amigos e colegas de trabalho a valorizarem a iniciativa e votarem em candidatos comprometidos com o Programa Cidades Sustentáveis.

Acompanhe o Programa Cidades Sustentáveis nas redes sociais e na mídia.



As informações completas com dicas e sugestões de participação estão no endereço www.cidadessustentaveis.org.br/participacao. Lá você encontra também todos os materiais de divulgação (www.cidadessustentaveis.org.br/divulgacao).

 **Mobilize, compartilhe e divulgue!**





PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS[®]

www.cidadessustentaveis.org.br

contato@cidadessustentaveis.org.br

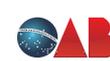
www.ciudadessustentables.com / www.sustainablecities.org.br

Realização



Apoio

Parceiros



Patrocinadores

